

## **Prefácio à 9ª. Edição:**

### **UMA SOCIEDADE NACIONAL-DEPENDENTE**

Prefácio à 9ª. edição de José Carlos Reis, *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999 (1ª. Edição).

A rigor este belo livro de José Carlos Reis, *Identidades do Brasil*, não precisa de um prefácio. Quando foi publicado em 1999, talvez fizesse sentido um prefácio já que o autor era desconhecido. Desde então, porém, o livro se impôs por si mesmo. Ainda que aborde um tema amplamente tratado – as interpretações clássicas do Brasil – o livro as discute usando um estilo claro e uma abordagem sem preconceitos, aberta a essas mesmas interpretações, de forma que o resultado é uma visão ampla dos autores escolhidos e do Brasil. José Carlos Reis, entretanto, insistiu para que eu escrevesse um prefácio para esta nova edição. Talvez porque saiba que eu me interesso pelo tema, talvez porque acredite que um prefácio, ainda que breve, possa de alguma forma enriquecer seu livro, oferecer algum ângulo novo aos leitores.

Na Introdução, José Carlos afirma que “cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a interpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro” (p.9). Sou contemporâneo de alguns dos autores, principalmente de Florestan Fernandes e mais especificamente de Fernando Henrique Cardoso, de forma que talvez possa falar com mais propriedade sobre eles porque minha formação coincidiu no tempo, ou sobre aquilo que eles não falaram porque suas obras fundamentais são dos anos 1960 e 1970, e depois disso a sociedade brasileira enfrentou novos desafios, passou por novas experiências, vitórias e frustrações, que não foram por eles analisadas. Se a função da história social é, como diz José Carlos, citando Lucien Febvre, “organizar o passado em função do presente”, se a história é reescrita porque o conhecimento dela mesma muda e porque o presente onde

esse reescrever se dá é sempre novo, à medida que passa o tempo é preciso sempre rever as interpretações com os olhos novos do presente.

Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso são membros da ‘escola de sociologia de São Paulo’: o primeiro foi seu fundador, o segundo, seu principal representante. Essa escola tem recebido uma atenção especial porque teria introduzido a ‘sociologia científica’ no país. Suas pesquisas científicas, porém, embora relevantes, eram necessariamente tópicas, e pouco contribuíram para a visão geral que esses dois autores tiveram do Brasil. Mais importante foi o fato da Universidade de São Paulo ter sido fundada em 1934 pelas elites locais, logo após sua derrota na Revolução de 1932; foi a competição acadêmica em que seus membros se dedicaram com a sociologia de Gilberto Freyre e a visão geral do Brasil dos intelectuais do ISEB e principalmente de seu sociólogo maior – Guerreiro Ramos –, em busca do que Bourdieu chamou de ‘monopólio do saber legítimo’; foi a associação que essa escola fez com outros dois ilustres intelectuais paulistas de geração anterior, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.; e foi a influência marxista que sofreu nos anos 1960 e 1970, principalmente depois do golpe militar de 1964. Em consequência, não foram obras que relataram pesquisas científicas, mas grandes ensaios que marcaram mais profundamente sua visão da identidade do Brasil.

Embora Florestan tenha sido mestre de Fernando Henrique, a obra fundamental da interpretação do Brasil produzida pela escola de sociologia de São Paulo foi escrita pelo segundo, *Dependência e Subdesenvolvimento na América Latina* (1969) em associação com o sociólogo Chileno, Enzo Faletto. Com esse ensaio, a teoria da dependência, que fora iniciada em 1965 com André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, perde o caráter radical, e a possibilidade de compatibilizar desenvolvimento com dependência ganha estatuto de teoria sociológica e de teoria do desenvolvimento econômico. Ambas as visões da dependência tinham base marxista, e compartilhavam a tese de que não haveria possibilidade de uma burguesia nacional no Brasil ou na América Latina, mas, enquanto a corrente da ‘super-exploração capitalista’, de Frank, concluía da sua análise a necessidade da revolução socialista, a corrente da ‘dependência associada’ que será chefiada por Fernando Henrique vê a possibilidade de combinar a dependência com o desenvolvimento em associação com o império. Florestan Fernandes escreveu depois, na fase mais negra do autoritarismo militar, seu

livro principal de interpretação do Brasil, *A Revolução Burguesa* (1974). Ele compartilha com a teoria da dependência a tese da impossibilidade de uma burguesia nacional – uma tese que havia se tornado absolutamente dominante nas esquerdas latino-americanas nos anos 70 – mas é antes um membro da teoria da super-exploração imperialista do que da dependência associada. Havia no próprio título do livro uma contradição, já que ‘revolução burguesa’ que estava no título de seu ensaio não ocorrera nem ocorreria no Brasil – pelo menos não ocorreria uma revolução burguesa clássica, já que todas elas foram sempre revoluções nacionais. Florestan advertia que não pretendia explicar o presente do Brasil pelo passado dos europeus, mas a sua revolução burguesa era afinal “uma contra-revolução autodefensiva... uma nova forma de submissão ao imperialismo”.<sup>1</sup> Além disso, seguindo aqui uma outra faceta da teoria da dependência, que teve em Guillermo O’Donnell e no modelo burocrático-autoritário seu representante mais conhecido, Florestan Fernandes afirmava o caráter necessariamente autoritário da burguesia brasileira.

A teoria da dependência, que marcou todo o pensamento da esquerda a partir de meados dos anos 60, ao radicalizar a tese da impossibilidade de uma burguesia nacional, inviabilizava também a possibilidade de uma nação no Brasil. Uma nação é historicamente uma sociedade que compartilha um destino comum e usa o Estado como seu instrumento de ação coletiva. As nações nascem com o capitalismo e o Estado moderno, e dão origem ao Estado-nação. Uma nação não impede o conflito interno entre as classes sociais, mas implica um grande acordo de classes quando se trata de competir com as demais nações. Implica, portanto, uma solidariedade nacional no quadro competitivo da sociedade capitalista mundial. A teoria da dependência não compreendeu esse fato: sua versão da super-exploração radicalizou a impossibilidade de uma burguesia nacional porque via a revolução socialista no horizonte, a teoria da dependência associada fez o mesmo porque supunha que a falta de nação era compatível com o desenvolvimento em associação com os países centrais – associação que nos anos 50 a Cepal e o Iseb, fiéis a sua vinculação com a teoria do imperialismo, haviam declarado impossível. A teoria da dependência associada nega a própria existência do imperialismo, ou a subestima, e concentra sua crítica nas distorções que essa dependência provoca, principalmente o aumento da desigualdade e o autoritarismo.

---

<sup>1</sup> Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974: 217-219.

A rejeição da possibilidade de uma burguesia nacional era, em grande parte, a consequência de um ressentimento: o fato de que nos anos 1960, no Cone Sul da América Latina, as burguesias se associaram aos militares e aos americanos em uma sucessão de golpes autoritários que refletiam principalmente o quadro da Guerra Fria e o medo da repetição da Revolução Cubana (1959). A tendência necessária dessa burguesia a ser não apenas dependente mas autoritária derivava dos próprios regimes militares que esses golpes deram origem. Em um trabalho de 1982, eu distingi três interpretações de esquerda pós-1964, e situei Fernando Henrique na interpretação da ‘nova dependência’, distinguindo-a da interpretação ‘funcional-capitalista’ onde estavam quase todos os seus mais próximos colaboradores.<sup>2</sup> Creio, porém, que me enganei. Essas duas interpretações estavam no mesmo barco da dependência associada. Havia, porém, uma outra condicionante fundamental da teoria da dependência associada. Ela é formulada no momento em que a economia brasileira está em pleno ‘milagre econômico’ (1968-1973). Dessa forma, seus autores, de esquerda e democráticos, pressupuseram que o desenvolvimento econômico estava assegurado não obstante a dependência. Tomaram o crescimento econômico que então ocorria como sendo algo sólido, duradouro – como um problema resolvido –, ignoraram que o desenvolvimento econômico sustentado só é possível quando há por trás uma estratégia nacional de desenvolvimento, e trataram de enfrentar dois outros problemas centrais: o da desigualdade, e o da falta de liberdade ou de democracia. Esses problemas eram de fato fundamentais, e a crítica firme da esquerda, seja ao autoritarismo, seja à concentração de renda, colocaram esses problemas na agenda nacional.

Enquanto a tese do caráter dependente da burguesia nacional até hoje não pode ser refutada, porque, não obstante sua ambigüidade, a burguesia brasileira, como as demais classes, é fortemente dependente da hegemonia ideológica vinda do Norte, a tese do seu caráter autoritário foi negada pouco depois, em 1977, quando o ‘pacote de abril’ – um conjunto de medidas autoritárias tomadas pelo presidente Ernesto Geisel – provocou uma reação indignada da burguesia, a ruptura de sua associação com a tecnoburocracia militar, e sua gradual aliança com as forças democráticas – aliança que levaria à formação de um pacto

---

<sup>2</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira, “Seis interpretações sobre o Brasil”, *Dados* 25(3) 1982: 269-306.

nacional-democrático, à campanha das “Diretas Já”, e afinal à transição democrática no final de 1984.<sup>3</sup> A adesão da burguesia nacional às forças democráticas foi o fato histórico novo que viabilizou a transição democrática afinal completada em 1985. A tese da inexistência de uma burguesia nacional era assim falseada pouco depois de haver sido formulada.

Por outro lado, principalmente a partir da transição democrática, a luta pela distribuição de renda ganha corpo, usando-se para isto da estratégia de aumentar o gasto social do Estado. Esta luta dos representantes da teoria da dependência foi até certo ponto bem sucedida. Em relação ao desenvolvimento econômico, porém, os resultados foram negativos – o que não é surpreendente, já que na globalização marcada por rivalidades nacionais não existe desenvolvimento econômico sem que haja por trás uma nação e uma estratégia nacional de desenvolvimento. Ao invés disso, a teoria da dependência associada, a partir da observação correta de que, a partir dos anos 50, as empresas industriais dos países ricos passaram a investir em países em desenvolvimento como o Brasil, e diante da crise econômica do início dos anos 1960, inferiu que a continuidade do desenvolvimento da região dependeria de aportes de poupança externa – tese esta que não se sustentava nem historicamente, já que todos os países sempre se desenvolveram usando recursos internos, nem teoricamente, já que déficits em conta corrente inerentes à estratégia de crescimento com poupança externa não são sustentáveis: quando não provocam crise de balanço de pagamentos, implicam fragilização financeira do país, apreciação do câmbio e elevada taxa de substituição da poupança interna pela externa. Nos anos 1970, porém, o Brasil, como quase toda a América Latina, adota sem restrições a estratégia de crescimento com poupança externa, se endivida, e, em consequência, enfrenta profunda crise nos anos 1980. Dessa forma, o desenvolvimento econômico, que essa teoria julgava assegurado, revelou-se frágil, e, a partir da crise que tem início em 1980, o país entra em quase-estagnação: depois de crescer a quase 4% *per capita* ao ano entre 1950 e 1980, passa a crescer a uma taxa na média inferior a 1%.

O desenvolvimento econômico revelou-se tão frágil como frágil se mostrou a nação brasileira: minada pelo golpe militar que afastou os trabalhadores e amplos setores médios da vida política, e enfraquecida pela teoria da dependência que negava a possibilidade de um

---

<sup>3</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira, *O Colapso de uma Aliança de Classes*, São Paulo: Editora

acordo nacional quando se tratava de competir internacionalmente, não encontrou até hoje o caminho do desenvolvimento econômico. Por isso, depois da grande crise da dívida externa dos anos 1980 que logo se transformou em uma crise fiscal do Estado, o Brasil se viu presa fácil da onda ideológica neoliberal e globalista que vinha do Norte. Entre 1930 e 1980, o Brasil se desenvolvera com base em uma estratégia nacional de desenvolvimento – o nacional-desenvolvimentismo, que a teoria da dependência nunca aceitou. Quando essa estratégia se esgota ou se torna superada, porque o Brasil já não tinha mais uma indústria infante que precisasse tanto de proteção, nem dispunha de uma capacidade de acumulação privada tão débil que tornasse a acumulação estatal fundamental, ao invés de a sociedade brasileira definir uma nova estratégia nacional de desenvolvimento, aceitou, a partir de 1990, o diagnóstico e o receituário vindo do Norte: a ‘ortodoxia convencional’. Em consequência, o desenvolvimento econômico não foi retomado e a crise dos anos 1980 se prolonga até hoje – desde 1990 sob a égide da hegemonia externa. Hoje, o que vemos é um país em que a democracia é forte, que alguns ganhos foram alcançados na distribuição de renda, mas cuja economia se encontra semi-estagnada desde 1980. A nação brasileira que ganhara força com o pacto nacional-democrático de 1977-1986 entrou em profunda crise a partir de 1987 em função do fracasso do Plano Cruzado que foi também o fracasso da burguesia nacional, que assumiu o comando da transição, em estabilizar a economia brasileira. A partir de 1990 as elites brasileiras se entregam como nunca tinham feito antes à hegemonia externa.

Existe uma profunda ambigüidade na sociedade brasileira e em suas elites não apenas burguesas mas também intelectuais. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto reconheciam esse fato em seu livro clássico. “Desde o momento que se coloca como objetivo instaurar uma nação – como no caso das lutas anticolonialistas – o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas externas, entretanto continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas”.<sup>4</sup> A questão é saber se essa ambigüidade afinal se resolve necessariamente pela subordinação aos países ricos e hegemônicos, ou se nessa ambigüidade existe a potencialidade da independência que,

---

Brasiliense, 1978.

em certos momentos, aflora e se afirma. Minha própria interpretação do Brasil foi sempre a da segunda alternativa. O que define o Brasil não é simplesmente a dependência, mas a nacional-dependência. Sei bem que esta expressão é um oxímoro, que uma palavra contradiz a outra, mas a uso de forma deliberada para exprimir a contradição intrínseca em que vive uma sociedade como a brasileira na periferia do império hegemônico. Diferentemente das sociedades asiáticas, algumas das quais se revelaram incrivelmente dinâmicas na segunda metade do século vinte, a nossa dependência começa pela nossa constituição como sociedade em consequência de uma colonização de exploração mercantil latifundiária em que o componente branco europeu se revelou dominante entre as elites. Isto leva as elites latino-americanas a uma identificação com as elites dos Estados Unidos e da Europa que, somada ao poder econômico e à hegemonia ideológica ou cultural do centro, lhes rouba a identidade nacional. Não obstante, é preciso não subestimar os interesses nacionais que uma nação forma ao ter o controle de um Estado e de um território. As nações, o Estado moderno e sua junção no Estado-nação são o produto da revolução capitalista. Os povos se transformam em nações no momento em que a revolução capitalista acontece porque percebem que se tiverem como instrumento o Estado terão uma condição muito melhor de lograr seus objetivos políticos de liberdade, bem estar e justiça. Ainda que Marx tenha dito que o Estado era o comitê executivo da classe dominante, ele, principalmente nas sociedades democráticas, é o instrumento de ação coletiva por excelência da nação. Em torno do Estado e no respectivo território, os participantes da nação – os empresários, os trabalhadores, a burocracia do Estado, os intelectuais, as classes médias profissionais em geral – desenvolvem interesses que só podem ser atendidos dentro do quadro do Estado-nação.

Este fato foi subestimado ou ignorado pela teoria da dependência, enquanto é afirmado pela teoria do desenvolvimento nacional-dependente. Ao se reconhecer a ligação intrínseca entre nação, Estado e desenvolvimento, ao se salientar os interesses nacionais de ordem econômica e política que ligam os membros da nação, a dependência não desaparece, mas se revela superável porque fica aparente seu caráter ambíguo e contraditório. O nacionalismo que existe em um país não é apenas uma emoção ou um sentimento; o nacionalismo é a

---

<sup>4</sup> Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970: 30.

ideologia da formação do Estado-nação porque trás consigo os interesses reais da nação. Nos países ricos a palavra ‘nacionalismo’ tornou-se pejorativa – uma forma de neutralizar a idéia de nação nos países em desenvolvimento que com eles competem com sua mão-de-obra barata – porque eles não mais necessitam dela para distinguir seus cidadãos: ao contrário do que acontece em países nacional-dependentes como o Brasil, todos os americanos ou todos os franceses sabem que é dever do seu governo defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais. Não é esta a situação dos países da periferia do capitalismo, cujas elites estão sendo insistentemente convidadas a colaborar com o centro hegemônico. A Guerra Fria facilitou esse convite durante muito tempo. Quando ela terminou, a hegemonia ideológica do Norte desenvolvido encarregou-se de dar substância ao convite à colaboração sempre necessária para qualquer império. Essa hegemonia era uma hegemonia cultural baseada nas realizações concretas do capitalismo nos Estados Unidos, e apoiada em um sistema de aparelhos ideológicos poderosos como a universidade, a mídia internacional, e o cinema. Tornara-se de tal forma poderosa que parecia incontestável – que parecia indicar aos países em desenvolvimento como o Brasil um único caminho a seguir: o caminho único do desenvolvimento recomendado por Washington e Nova York. Entretanto, passados 20 anos do começo da aplicação do receituário da ortodoxia convencional na América Latina, o que se verifica é que o desenvolvimento não foi retomado, e se se conseguiu alguma distribuição de renda, ainda que muito limitada, isto se deveu à democracia desafiar aquela ortodoxia e aumentar os gastos sociais do Estado. Quando as medidas de focalização das despesas sociais não neutralizaram o caráter excludente das reformas propostas – principalmente a abertura financeira e a estratégia de crescimento com poupança externa – estas reformas além de neutralizarem o desenvolvimento econômico se revelaram causadoras de exclusão social.

Enquanto isto acontecia na América Latina, os países dinâmicos da Ásia demonstravam, como já haviam antes demonstrado os países europeus, que havia outros caminhos para o desenvolvimento capitalista. Caminhos nacionais, resultado de acordos que produzem estratégias nacionais de desenvolvimento. Será que o fracasso da ortodoxia convencional e o êxito do desenvolvimentismo asiático ensinarão algo à nação brasileira? Será que a nação que entrou em processo de desconstrução e de desorganização desde 1980 terá condições de se reconstituir? Uma nação não existe independentemente da solidariedade, do sentimento de pertencimento e de destino comum que une seus membros. Ernest Renan



disse que a nação é uma construção de todos os dias. Se a nação brasileira não é simplesmente uma nação dependente ou uma não-nação, mas uma nação nacional-dependente, e se ela sabe aprender com a experiência, o enfraquecimento da hegemonia ideológica do Norte que ocorre nos anos 2000 representa uma oportunidade a ser aproveitada como o enfraquecimento daquela hegemonia nos anos 1930 representou uma oportunidade que o Brasil utilizou para se desenvolver.

Voltando a José Carlos Reis e a seu livro, se as interpretações do Brasil são os reflexos dos desafios que a sociedade brasileira enfrenta, o desafio que hoje ela enfrenta é o de voltar a se constituir em nação e em voltar ao desenvolvimento. Nos anos 1970 a sociedade brasileira se constituiu em sociedade civil e lutou pela liberdade e pela justiça. Através da democracia a liberdade foi basicamente alcançada, e alguns avanços foram realizados no campo da justiça social. Mas está claro hoje que a estratégia utilizada – o aumento do gasto social – está esgotada, já que não é possível mais continuar a aumentar a carga tributária. Torna-se, então, evidente que lograr maior justiça social no Brasil só será possível se melhor distribuição de renda for lograda através do aumento dos salários e não do gasto social. Os salários, entretanto, só acompanharão o aumento da produtividade e a renda poderá começar a ser distribuída com um pouco mais de justiça quando se esgotar a oferta ilimitada de mão-de-obra que caracteriza uma economia ainda subdesenvolvida como a brasileira. O desenvolvimento econômico é a única maneira de atingir esse resultado. Só através dele o Brasil poderá deixar de ser um país de alto desemprego e de emigração; só através do desenvolvimento econômico o mercado de trabalho poderá favorecer os trabalhadores que, somando a esta melhor condição sua própria luta, passarão a realmente partilhar os frutos do desenvolvimento.

Não existe desenvolvimento sem nação e sem estratégia nacional de desenvolvimento. Não existe mercado forte que favoreça a atividade econômica sem Estado forte que regule essa atividade e a torne coerente com os interesses nacionais. No processo de reconstruir a nação e retomar o desenvolvimento que deve ser econômico, social e político, a contradição nacional-dependente deverá ser superada pelo nacional. Definitivamente? Não creio, nada há de definitivo na vida social. A sociedade brasileira está hoje profundamente confusa, porque as certezas ou quase-certezas neoliberais que adquiriu nos anos 1990 foram por terra, mas não está claro o que poderá substituí-las. A confusão, porém, é sinal de crise, e a crise, uma

oportunidade de repensar o Brasil – uma oportunidade na qual um número cada vez maior de brasileiros está pensando.

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Junho de 2006